

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

# Homicídios no amazonas: entre disputas de facções do narcotráfico e desigualdades socioeconômicas

Brychtn Ribeiro de Vasconcelos, Gabryel Gustavo de Carvalho Machado

<https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2026.237189.pt>

Submetido em: 2026-10-30

Postado em: 2026-10-30 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

10.11606/issn.2179-0892.geousp.2026.237189.pt

Artigo

## **Homicídios no Amazonas: entre disputas de facções do narcotráfico e desigualdades socioeconômicas**

Homicides in Amazonas: between drug trafficking faction disputes and socioeconomic inequalities

Brychtn Ribeiro de Vasconcelos

Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Manaus, AM, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-8567-8499>

brychtn@gmail.com

Gabryel Gustavo de Carvalho Machado

Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Manaus, AM, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-2019-1495>

gabryelcarvalho.adv@gmail.com

**Recebido:** 11/09/2025

**Aprovado:** 23/03/2026

**Editora do artigo:** Lisandra Pereira Lamoso

**Resumo:** O estudo analisa a relação entre os homicídios e as desigualdades socioeconômicas no estado do Amazonas, considerando os índices de escolaridade, renda e desemprego. Realizou-se um levantamento quantitativo das taxas de homicídios entre 2012 e 2022 e dos indicadores socioeconômicos, para fins de comparação, que variam entre 2012 e 2023, complementado por revisão narrativa de literatura nas bases Web of Science, PubMed e Periódicos CAPES. Os resultados indicam que os municípios com baixos níveis de escolaridade, altos índices de desemprego e baixos rendimentos médios apresentam maiores taxas de homicídio. Ademais, foi observado que a disputa territorial entre as facções do narcotráfico intensificou a violência no período definido. Os homicídios no Amazonas resultam da interação entre desigualdades socioeconômicas e as formas de expansão do crime organizado, que se utiliza dessa vulnerabilidade para ampliar seu controle. Nesse sentido, evidencia-se a necessidade de articulação de políticas públicas que articulem a segurança pública, compreendendo-a correlata com o fomento à educação e ao desenvolvimento econômico.

**Palavras-chave:** Homicídios; Fatores socioeconômicos; Desigualdades sociais; Espacialização de dados. Políticas públicas.

**Abstract:** The study analyzes the relationship between homicides and socioeconomic inequalities in the state of Amazonas, considering indicators of education, income, and unemployment. A quantitative survey of homicide rates between 2012 and 2022 and of socioeconomic indicators, for comparative purposes, covering the period from 2012 to 2023, was conducted, complemented by a narrative literature review in the Web of Science, PubMed, and CAPES Journals databases. The results indicate that municipalities with low levels of education, high unemployment rates, and low average income present higher homicide rates. Furthermore, it was observed that territorial disputes between drug trafficking factions intensified violence during the defined period. Homicides in Amazonas result from the interaction between socioeconomic inequalities and the forms of expansion of organized crime, which takes advantage of this vulnerability to expand its control. In this sense, the need to articulate public policies that integrate public security with the promotion of education and economic development is highlighted.

**Keywords:** Homicides; Socioeconomic factors; Social inequalities; Data spatialization; Public policies.

## INTRODUÇÃO

Os homicídios no estado do Amazonas assumem, nas últimas décadas, múltiplas feições e se distribuem de forma desigual pelo território, articulando-se a trajetórias históricas de ocupação, a profundas desigualdades socioeconômicas e à reconfiguração recente do crime organizado na região (Santos e Cunha, 2023). Desde 2010, as taxas de homicídio amazonenses se mantêm sistematicamente acima da média nacional, com picos que ultrapassam 40 mortes por 100 mil habitantes em alguns anos e fortes concentrações em municípios estratégicos – como Manaus, Tabatinga, Coari, Lábrea e Barcelos – associados ora às rotas internacionais de drogas, ora a conflitos fundiários, ao garimpo ilegal e ao desmatamento em “zonas sob pressão” da fronteira agrícola (Tabnet/Datasus, 2023). Nesse contexto, a taxa de 33,1 homicídios por 100 mil habitantes registrada em 2022 no estado, cerca de 50% superior à média nacional, não é um ponto fora da curva, mas expressão de um padrão estrutural de violência letal que se territorializa de maneiras distintas no interior e na Região Metropolitana de Manaus, conforme tendência já identificada pelo Atlas da Violência desde 2019 (FBSP, 2019).

Diante desse cenário, as facções que disputam o controle das rotas e buscam se instalar definitivamente se deparam com uma população que, em grande medida, vive sob a sobreposição de pobreza, desigualdade de renda, baixa escolaridade e oportunidades restritas de trabalho, condições que a literatura associa de forma consistente a maiores taxas de homicídio no estado do Amazonas (Araújo et al., 2025).

Em Manaus, a combinação entre alta densidade demográfica, vulnerabilidade social, infraestrutura urbana inadequada e forte presença de facções como, especialmente o Comando Vermelho (CV) produz bolsões de exclusão nas periferias, onde se concentram centenas de

mortes violentas anuais e se reforça a centralidade do crime organizado na regulação da vida cotidiana (Leitão et al., 2025). Já nos municípios do interior, a exemplo de Coari, a consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) ocorre precisamente em contextos amazônicos marcados por fragilidade institucional, baixa presença do estado e dependência de rotas fluviais, configurando um ambiente especialmente favorável ao controle territorial das facções e a um aumento expressivo das taxas de homicídio (Bezerra Neto et al., 2025).

Os baixos indicadores socioeconômicos do Amazonas, expressos em altas taxas de pobreza, desigualdade de renda, estagnação educacional e desemprego persistente, intensificam a vulnerabilidade das populações ao domínio das facções. Estudos recentes demonstram que, nas áreas mais isoladas e com menor presença estatal, a combinação entre baixa escolaridade, renda limitada e fragilidade de serviços públicos amplia a exposição de jovens ao recrutamento pelo tráfico e favorece a consolidação de economias ilícitas como alternativa de sobrevivência (Reis et al., 2024).

Esse conjunto de fatores aprofunda desigualdades históricas e cria territórios onde o estado não regula plenamente a vida social, abrindo espaço para o avanço de redes criminosas. Paralelamente, a precariedade estrutural do sistema prisional, marcada por déficit de vagas, superlotação e escassez de políticas de reinserção, contribui para que as unidades funcionem como centros de articulação de facções, ampliando sua capacidade de organização e difusão territorial (Araújo et al., 2025).

Embora essa realidade possa se repetir em outros estados brasileiros, os dados de 2022 revelam que a taxa de homicídios no Amazonas supera em mais de 50% a média nacional, indicando não apenas o acirramento das disputas entre facções, mas também limitações persistentes das políticas públicas de prevenção à violência. Informações consolidadas pela plataforma Amazônia Legal em Dados evidenciam que, nesse ano, o estado apresentou uma das mais altas taxas de letalidade da região Norte, reforçando a necessidade de investigar a correlação entre condições socioeconômicas e os padrões recentes de homicídios (Macroplan, 2024).

## **2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Preliminarmente, foi realizada uma avaliação teórica ampla e preliminar sobre a relação entre os homicídios e fatores socioeconômicos, especialmente os aspectos de educação e desemprego, devido a sua conexão mais acentuada, conforme disposto por Souza et al. (2024). As análises dos homicídios e dos fatores socioeconômicos se deram inicialmente com uma análise de dados brutos e posteriormente, no caso dos homicídios, houve a espacialização dos

danos para uma melhor análise de distribuição dos homicídios e alterações com o passar do tempo e em seguida, foram aplicados critérios para uma revisão da literatura.

Essa revisão incluiu pesquisas publicadas entre 2014 e 2024, tendo como referência a temática "Taxas de Homicídios e Aspectos Socioeconômicos no Amazonas". As buscas foram realizadas em três bases de dados: Web of Science, PubMed e Periódicos CAPES, utilizando-se as strings<sup>1</sup> “Homicídios Amazonas” e “Aspectos Socioeconômicos Amazonas”, ou seja, descritores amplos e sensíveis, com o objetivo de localizar qualquer material existente. A primeira string retornou 8 estudos nos Periódicos CAPES, 8 na Web of Science e 6 na PubMed.

A segunda string, mais ampla, identificou 35 estudos nos Periódicos CAPES, 19 na Web of Science e 25 na PubMed, totalizando 101 estudos encontrados nas três bases. Após a aplicação dos critérios de elegibilidade e a remoção das duplicidades, foram excluídos 92 estudos, resultando em 9 trabalhos selecionados para análise. O material coletado foi examinado e, posteriormente, utilizado para fundamentar as discussões.

| Critério                 | Descrição                                                                                                                                     |
|--------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Idiomas                  | Artigos publicados em inglês ou português.                                                                                                    |
| Período de publicação    | Estudos publicados entre 2014 e 2024.                                                                                                         |
| Disponibilidade do texto | Estudos com texto completo disponível gratuitamente.                                                                                          |
| Revisão por pares        | Estudos que passaram por revisão por pares (peer-reviewed).                                                                                   |
| Tema                     | Estudos que correlacionam homicídios com fatores socioeconômicos.                                                                             |
| Tipo de estudo           | Estudos empíricos ou teóricos relevantes que discutem causas e impactos dos homicídios no contexto socioeconômico.                            |
| Critérios de Exclusão    | Artigos que não atendem aos requisitos de idioma, disponibilidade ou que não tratam da correlação entre homicídios e fatores socioeconômicos. |

Fonte: Elaboração própria, 2025.

<sup>1</sup> “String” é o conjunto de termos, palavras-chave e operadores booleanos utilizados para estruturar a busca em bases de dados, permitindo recuperar somente estudos relevantes e alinhados ao problema investigado. Esse conceito é empregado na metodologia de Revisão Sistemática descrita por Paula, Araújo e Silva (2016).

A revisão da literatura reuniu nove estudos, selecionados com base nos critérios de inclusão e exclusão apresentados na seção metodológica. Os trabalhos identificados e analisados encontram-se descritos detalhadamente na subseção “5.2 - Revisão da literatura sobre os fatores socioeconômicos relacionados ao homicídio no Amazonas (2012–2024)”, na qual cada estudo é apresentado e discutido.

A seleção se deu com base em critérios de inclusão e exclusão. Os artigos analisados necessariamente tinham que ser escritos em português ou inglês, publicados entre 2014 e 2024, sendo disponíveis gratuitamente em seus textos completos. Os critérios de inclusão tiveram como alvo, estudos que abordassem a correlação entre homicídios e fatores socioeconômicos no estado do Amazonas.

Para criar o mapa de distribuição de homicídios no Amazonas, utilizou-se dados secundários do DataSUS e Estimativas Populacionais do IBGE. A organização e quantificação dos dados foram realizadas para cada município. Posterior a isso, para a espacialização destes dados, aplicou-se o software livre QGIS 3.34 onde, através do método de classificação de Jenks/Quebras<sup>2</sup> Naturais foram divididos em cinco classes, onde os dados com menor variação são agrupados o que permite com que se estabeleça, de maneira estatística, padrões especializados dos dados utilizados (Girard, 2008).

## **2.1. Limitações na Correspondência Territorial dos Dados de Homicídios no Amazonas**

A construção dos mapas e o processo de geoespacialização dependem de bases de dados consistentes, com codificação territorial padronizada e identificação inequívoca dos municípios. Entretanto, ao trabalhar com bases públicas, especialmente aquelas disponibilizadas pelo DATASUS, verificou-se a existência de inconsistências que comprometiam a atribuição correta dos registros a determinados municípios do Amazonas, resultando em lacunas metodológicas que exigiram critérios rigorosos de exclusão e retificação dos dados.

Ao estruturar os bancos de dados utilizados para o geoprocessamento dos indicadores, observou-se que, em determinados municípios, os registros referentes aos anos de 2014 a 2016 não estavam disponíveis nas bases públicas do DATASUS. Por obviedade, essa exclusão não decorre da inexistência de homicídios ou da ausência total de registros, mas, sim, da dificuldade

---

<sup>2</sup> O método Jenks, ou “Quebras Naturais”, é uma técnica de classificação que agrupa valores semelhantes ao minimizar a variância interna das classes e maximizar as diferenças entre elas, permitindo representar padrões espaciais de forma mais fiel (Girardi, 2008).

metodológica de identificar com precisão os municípios do Amazonas no banco de dados disponibilizado.

Nesse período, as bases públicas continham problemas estruturais significativos, tais como nomes duplicados entre municípios do Amazonas e de outras unidades federativas, além de falhas de codificação, que impediam a associação territorial adequada dos registros. Em algumas situações, determinados municípios simplesmente não apareciam na base, ou apresentavam dados incompatíveis com a realidade demográfica e territorial da região, tornando inviável sua utilização para análise confiável.

Diante dessas inconsistências, e adotando-se rigor metodológico, decidiu-se excluir os dados referentes aos anos de 2014 a 2016 para os seguintes municípios: Careiro da Várzea, Coari, Eirunepé, Humaitá, Itapiranga, Jutai, Maués, Marã, Santo Antônio do Içá e Tabatinga. A partir de 2017, estritamente para esses municípios para esses municípios, os registros passaram a ser incorporados com base nos dados fornecidos diretamente pela Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (SSP-AM), o que permitiu a adequada identificação municipal e a segmentação confiável dos homicídios por cidade.

### **3. CONTEXTUALIZAÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE TAXAS DE HOMICÍDIOS E FATORES SOCIOECONÔMICOS**

O ensaio de Becker (1968) referente ao crime e à punição foi um marco para uma criminologia que passou a considerar uma perspectiva econômica. O autor argumenta que o criminoso decide após analisar o custo-benefício das suas ações. Assim, a entrada em atividades ilícitas ocorre quando o lucro financeiro gerado ultrapassa os custos associados às alternativas legais. Segundo Plassa e Parré (2019), Becker identificou três fatores centrais no comportamento criminoso: o peso moral da ofensa, a probabilidade de punição e os incentivos financeiros envolvidos no crime.

Nesse sentido, o estudo de Souza et al. (2024) demonstra que dois fatores socioeconômicos se relacionam de maneira significativa com as taxas de homicídio: educação e desemprego. Os autores observaram que entes federativos com melhores índices educacionais tendem a apresentar menores taxas de criminalidade, enquanto o desemprego se associa ao aumento dos homicídios.

Essa correlação, evidenciada por pesquisas empíricas como as de Souza et al. (2024), também foi analisada no estado do Paraná, onde Parré e Plassa (2019) identificaram que a dinâmica do crime se desenvolve a partir das desigualdades socioeconômicas e das instabilidades estruturais.

Sendo a criminalidade um obstáculo ao avanço social, torna-se necessário analisar suas relações com outros indicadores correlacionados, como apontam Veloso et al. (2020). Nessa mesma perspectiva, Bezerra, Melo e Melo (2012) enfatizam que a violência não emerge de um vácuo, mas é alimentada por desigualdade, urbanização desordenada e outros elementos constitutivos da realidade social brasileira.

### **3.1.GEOGRAFIA DA VIOLÊNCIA, DO CRIME E DO MEDO: FUNDAMENTOS TEÓRICOS PARA COMPREENDER AS DINÂMICAS ESPACIAIS DA CRIMINALIDADE NO AMAZONAS**

A compreensão da violência letal nas cidades requer o olhar atento para reconhecer que ela emerge de uma produção desigual do espaço no Brasil, articulada a processos históricos, econômicos e políticos que estruturam e delineiam a convivência e relação urbana. Tal perspectiva é afirmada por Harvey (1973), que concebe a cidade como expressão concreta das contradições do capitalismo e das injustiças decorrentes da distribuição desigual de bens, serviços e oportunidades.

Assim, os territórios vulneráveis não se formam por simples acaso, eles são produto direto de processos de urbanização excludente nas cidades e de políticas públicas seletivas que produzem essencialmente desigualdade, segregação e precariedade. Por isso, a violência não pode ser lida como mero evento isolado, mas como manifestação espacial de um complexo de desigualdades sistêmicas.

A reflexão acerca dessa dimensão estrutural é fundamental nas pesquisas que analisam a violência sob a perspectiva territorial. Cruz Neto e Moreira (1999) e Minayo (2001; 2007) destacam que a violência surge e cria alicerce sob contextos onde a pobreza, a exclusão social e a privação consecutiva de diversos direitos básicos se acumulam e se tornam naturais. Santos (2024) reforça que essa violência estrutural não apenas antecede outras formas e possibilidades de violência, mas cria o ambiente ideal e confortável no qual conflitos súbitos, a letalidade e a criminalidade de fato prosperam.

No ambiente urbano é possível notar a materialização disso em territórios marcados por infraestrutura insuficiente ou inexistente, ausência de equipamentos públicos e serviços urbanos, falta de alternativas econômicas e invisibilidade política. Dado o exposto, a realidade descrita demonstra as condições que formam o “solo social” onde a violência encontra espaço para se enraizar.

A segregação socioespacial, presente principalmente nos espaços urbanos, aprofunda esse cenário. Haesbaert (2004a; 2004b; 2018) e Saquet (2004) consideram em suas obras que

os territórios com baixa presença estatal e condições precárias de vida constituem ambientes de elevada vulnerabilidade, nos quais o pertencimento ao lugar, a mobilidade e a própria cidadania são fortemente limitadas por fronteiras simbólicas, materiais e sociais.

Ferreira e Penna (2005), ao descreverem o processo de “urbanização sem urbanidade”, apontam que nessas áreas os direitos básicos de um cidadão, como: como habitação digna, lazer, saúde, segurança e educação de qualidade tornam-se “não-direitos”, são direitos negados, fortalecendo a reprodução territorial da exclusão. Acerca disso, o autor Carrión (2008) acrescenta que, nessas condições específicas, a própria cidade passa a ser produtora e reprodutora da violência urbana ao passo que se torna palco e instrumento das disputas por poder.

A geografia da violência também é atravessada pelo medo enquanto um fenômeno espacial. O autor Yi-Fu Tuan (2005) enfatiza que o medo produz paisagens específicas, e reorganiza dinâmicas e práticas sociais, moldando trajetórias e percepções de toda a sociedade. Tal concepção corrobora com discussões atuais, como Bayer e Dantas (2018), que interpretam o medo como elemento territorializado, plenamente capaz de redefinir o uso do espaço, redefinir a dinâmica social, limitar a circulação, e consequentemente, reforçar estigmas.

Souza (2008) também incorpora esses elementos ao analisar o fenômeno da *fobópolis*, caracterizado pelo medo generalizado e pela militarização dessa população urbana. O autor defende que a fragmentação sociopolítica e a territorialização do controle armado urbano (seja por grupos criminosos, seja por políticas de segurança ostensivamente repressivas) arruinam de forma expressiva as possibilidades de cidadania e aprofundam a exclusão social.

Essas discussões são perceptíveis em diversos contextos brasileiros, como o Rio de Janeiro e São Paulo. O autor Souza (2006) já identificava que áreas urbanas vulneráveis vinham sendo submetidas ao domínio territorial de traficantes com frequência, e tal processo se expandiu para cidades de médio porte e regiões periféricas do país.

O medo é capaz de reorganizar a própria arquitetura urbana. Essa realidade é observada por Lira (2017) e analisada também por Glassner (2003), constatando que em cidades como Vitória/ES, Lira mostrou como elementos arquitetônicos inspirados na era medieval, caracterizados por muros elevados, arames farpados, guaritas, cercas elétricas, passaram a integrar o que é chamada de “arquitetura do medo”, reconhecida amplamente pela autoproteção excessiva das classes médias e altas. Zanutelli (2006) complementa a respeito desse tema, demonstrando que a cidade não é homogênea, ela se divide entre áreas privilegiadas, plenamente atendidas por infraestrutura e serviços urbanos, e áreas desassistidas, nas quais se concentram populações desfiladas, segundo o conceito de Castel (1998).

Essa fragmentação é perceptível no Amazonas, como exemplo a cidade de Manaus, onde coexistem dois bairros amplamente distintos. Em primeiro lugar, o bairro nobre Ponta Negra, um espaço agradável, urbanização planejada, com constante policiamento, ruas limpas, vista privilegiada, investimentos em arquitetura, acesso a lazer e cultura, funcionários públicos de limpeza sempre de prontidão; e em segundo lugar o bairro Jorge Teixeira, líder de número de homicídios na cidade (2023), bairro marcado por urbanização não planejada fruto de diversas ocupações irregulares, ausência de saneamento básico, serviço básico de saúde e opções de lazer e cultura. Assim, nota-se que o medo e a violência não são meros efeitos colaterais da existência de uma cidade, mas sim, elementos que adentram no território e colaboram na organização da sua estrutura, determinando quem pode experimentar a cidade como espaço de direitos e quem vive sob constante vulnerabilidade.

Ao observar o Amazonas a partir dessas lentes, é possível inferir que as taxas de homicídio e a expansão das facções criminosas no estado, resultam também da sobreposição de ampla desigualdade estrutural, segregação socioespacial e concorrência por controle territorial. Em partes de municípios como Manaus, Tabatinga, Coari e Benjamin Constant, é de rápida percepção a urbanização desigual, pobreza acumulada e presença estatal frágil, e por isso, essas regiões se configuram como os territórios nos quais a criminalidade organizada se instala e enraíza com facilidade.

Dado o exposto, a violência no Amazonas não é mero reflexo do aumento do crime como início e fim de si mesmo, mas sim a expressão espacial de desigualdades. Nesse sentido, o medo opera como mais uma das forças motoras e organizadoras da vida urbana; e a violência estrutural serve como base em que se erguem novas violências; e além disso, o crime que se territorializa onde o estado se ausenta. Assim, a criminalidade no Amazonas adquire sentido quando observada como produto da produção desigual do espaço e das dinâmicas de poder que estabelecem e definem quem acessa os seus direitos.

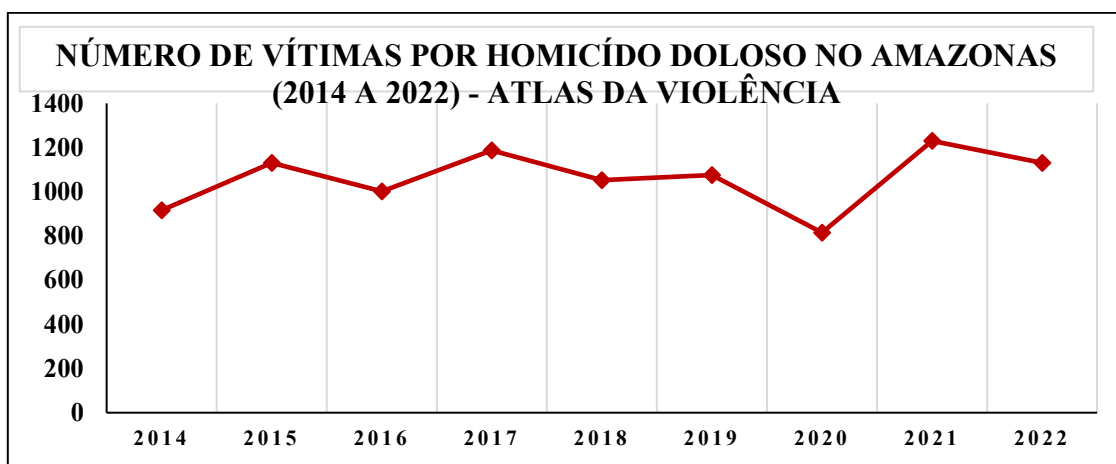
## **4. HOMICÍDIOS NO AMAZONAS**

### **4.1. Dos dados descritivos**

No Brasil, as causas externas, isto é, óbitos resultantes de acidentes ou violência, como homicídios, representam a terceira principal causa de morte, compondo uma das maiores taxas de homicídios da América do Sul e apresentando índices até dez vezes superiores aos de países de média e alta renda, conforme demonstram Malta et al. (2017). Em 2017, em decorrência do período de conflito entre facções, o país registrou 63.880 assassinatos, representando um aumento de 3% em relação ao ano anterior, segundo Nsoesie et al. (2020).

As estatísticas do Amazonas (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, gráfico 01) demonstram que também houve picos alarmantes e, durante o recorte temporal analisado, entre 2014 e 2022, o estado registrou mais de 15.212 homicídios, com uma média de 1.281 por ano. Em virtude da já citada guerra do tráfico, 2016 e 2021 foram os anos com a maior quantidade de homicídios, com 1.672 e 1.447 casos, respectivamente. Em contrapartida, o ano de 2018 registrou 985 casos. Em 2020, período pandêmico, houve uma diminuição, e, após 2021, observa-se uma leve queda nos anos subsequentes, conforme dados.

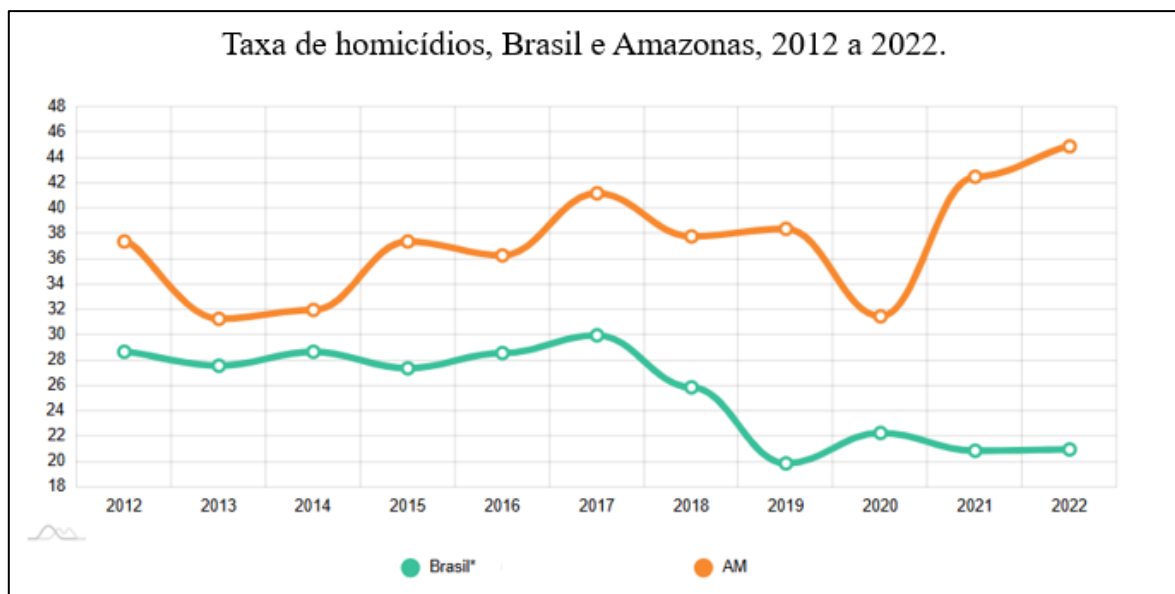
**Gráfico 01:** Homicídios Dolosos no Amazonas com base dos dados Anuário Brasileiro de Segurança Pública.



**Fonte:** Anuário Brasileiro de Segurança Pública, via fontes do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Elaboração própria (2025).

Neste contexto, o Atlas da Violência, que reúne informações do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), revela que Manaus, a capital do estado, ficou em terceiro lugar entre as capitais com maior incidência de homicídios no Brasil, ficando atrás apenas de Macapá e Salvador. Ademais, pode-se observar os números retratados acima em taxas de homicídios por 100 mil habitantes no Brasil e no Amazonas (Gráfico 02) e, nesse ínterim, é importante destacar que o estado do Amazonas sempre destoa negativamente da média nacional de taxas de homicídios.

**Gráfico 02:** Taxa de homicídios por 100 mil habitantes no ano de 2012 a 2022 do Brasil e Amazonas.



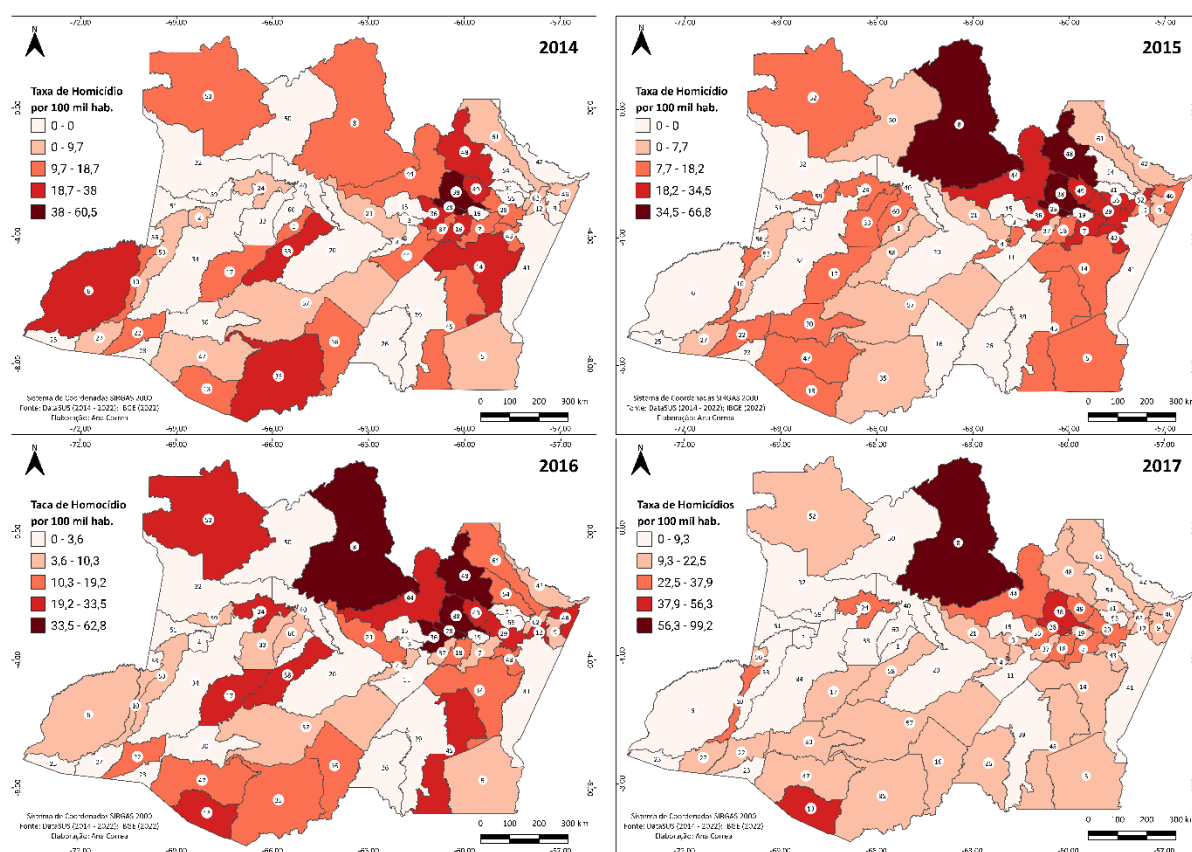
**Fonte:** DataSUS e Estimativas Populacionais (IBGE). Elaboração realizada pelo PNAD.

#### 4.2. Análise espacial dos homicídios no Amazonas (2014–2022)

Com base nos dados de homicídios registrados entre os anos de 2014 e 2022 pelo IBGE e Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas, foram elaborados mapas temáticos que evidenciam a distribuição espacial da violência letal no estado do Amazonas. A seguir, apresentam-se os mapas e suas respectivas análises, com destaque para as regiões mais críticas e suas variações ao longo do tempo.

Para assegurar a adequada identificação territorial e a correspondência entre a base de dados e os produtos cartográficos apresentados, elenca-se, a seguir, a relação completa dos 62 municípios do estado do Amazonas, conforme a numeração adotada nos mapas analíticos subsequentes: 1 Alvarães, 2 Amaturá, 3 Anamã, 4 Anori, 5 Apuí, 6 Atalaia do Norte, 7 Autazes, 8 Barcelos, 9 Barreirinha, 10 Benjamin Constant, 11 Beruri, 12 Boa Vista do Ramos, 13 Boca do Acre, 14 Borba, 15 Caapiranga, 16 Canutama, 17 Carauari, 18 Careiro, 19 Careiro da Várzea, 20 Coari, 21 Codajás, 22 Eirunepé, 23 Envira, 24 Fonte Boa, 25 Guajará, 26 Humaitá, 27 Ipixuna, 28 Iranduba, 29 Itacoatiara, 30 Itamarati, 31 Itapiranga, 32 Japurá, 33 Juruá, 34 Jutai, 35 Lábrea, 36 Manacapuru, 37 Manaquiri, 38 Manaus, 39 Manicoré, 40 Marã, 41 Maués, 42 Nhamundá, 43 Nova Olinda do Norte, 44 Novo Airão, 45 Novo Aripuanã, 46 Parintins, 47 Pauini, 48 Presidente Figueiredo, 49 Rio Preto da Eva, 50 Santa Isabel do Rio Negro, 51 Santo Antônio do Içá, 52 São Gabriel da Cachoeira, 53 São Paulo de Olivença, 54 São Sebastião do Uatumã, 55 Silves, 56 Tabatinga, 57 Tapauá, 58 Tefé, 59 Tonantins, 60 Uarini, 61 Urucará e 62 Urucurituba.

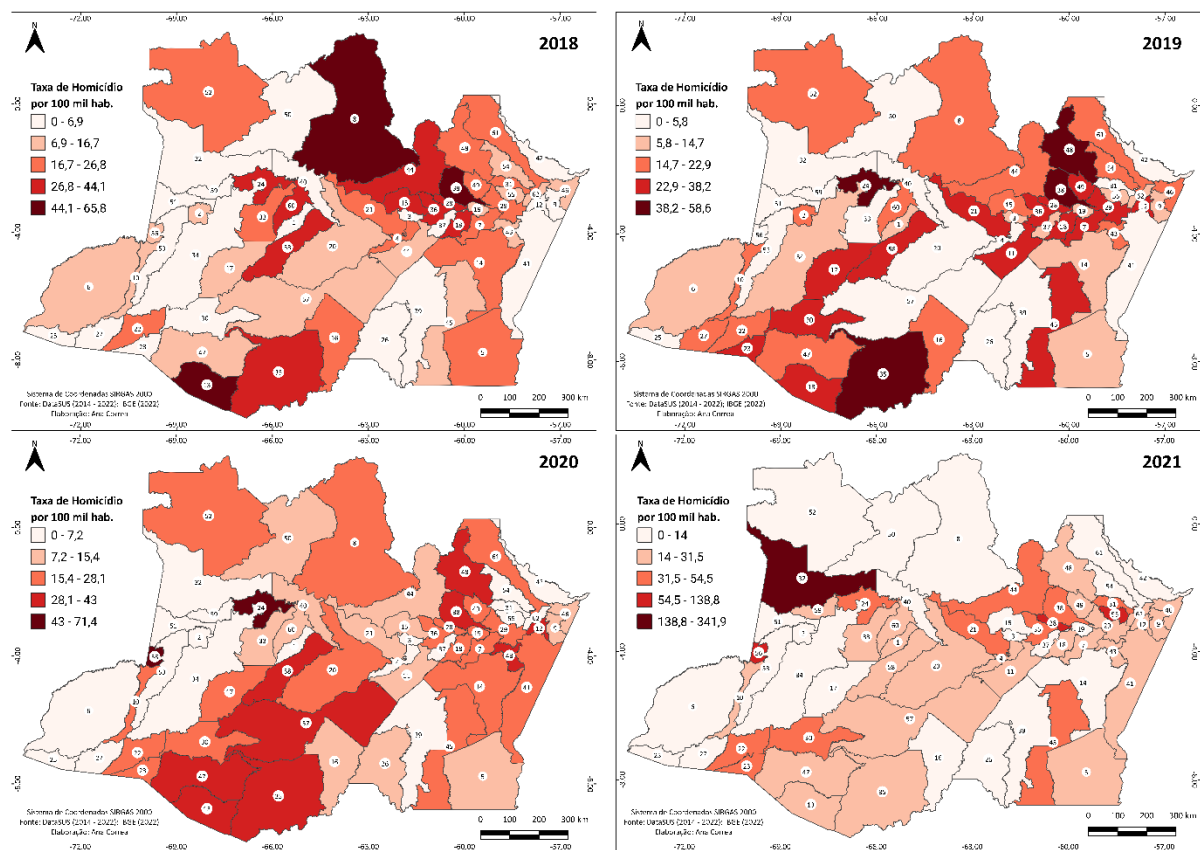
**Figura 01:** Espacialização dos homicídios no estado do Amazonas, 2014 a 2017.



**Fonte:** Dados do DataSUS e Estimativas Populacionais (IBGE), óbitos registrados nas categorias da CID10: X85Y09 e Y35-Y36 <sup>3</sup>. Elaboração Correa (2025).

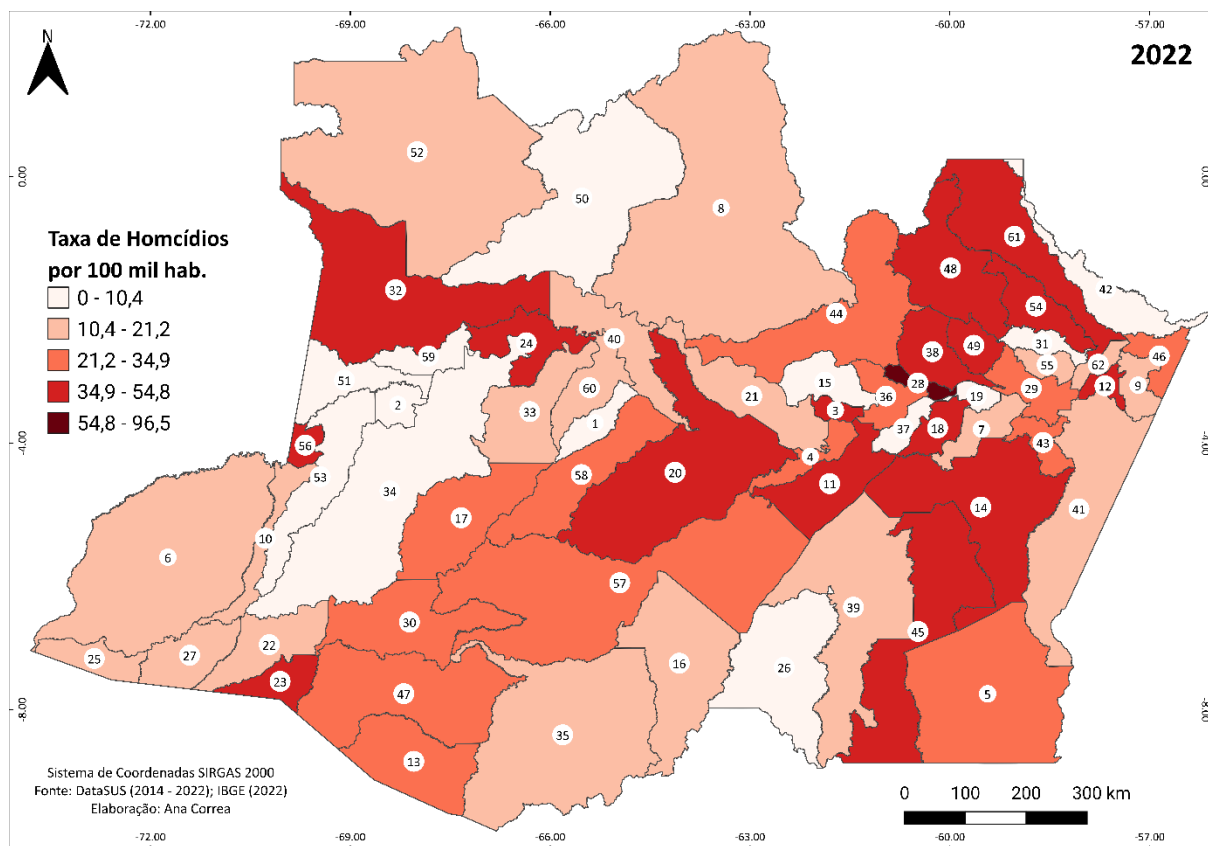
<sup>3</sup> Os códigos CID-10 utilizados para contabilização de homicídios correspondem a X85–Y09, que englobam mortes por agressões (violência interpessoal), incluindo ataques por arma de fogo, arma branca, força física e outros meios. Já os códigos Y35–Y36 referem-se a mortes decorrentes de “intervenção legal”, isto é, ações de agentes do Estado no exercício da função policial, e a “operações de guerra”, respectivamente.

**Figura 02:** Espacialização dos homicídios no estado do Amazonas, 2018 a 2021.



**Fonte:** Dados do DataSUS e Estimativas Populacionais (IBGE), óbitos registrados nas categorias da CID10: X85Y09 e Y35-Y36. Elaboração Correa (2025).

**Figura 03:** Espacialização dos homicídios no estado do Amazonas, 2022.



**Fonte:** Dados do DataSUS e Estimativas Populacionais (IBGE), óbitos registrados nas categorias da CID10: X85Y09 e Y35-Y36. Elaboração Correa (2025).

As informações fornecidas indicam o número de homicídios contabilizados de 2014 a 2022 em vários municípios. Observa-se uma ampla variação na taxa de homicídios entre municípios e regiões, particularmente em áreas urbanas e núcleos regionais, além de municípios

com características específicas como fronteiras internacionais, rotas de tráfico ou atividades econômicas ilegais.

Manaus se destaca como a capital que registrou o maior número absoluto de homicídios ao longo de todo o período, alcançando picos como em 2017 (1.187 casos) e 2021 (1.230 casos), se posicionando como o epicentro da violência letal no estado. Ademais, Itacoatiara mostra um aumento contínuo, atingindo 35 homicídios em 2022, e Parintins, atingiu 31 homicídios no mesmo ano, após oscilações consideráveis.

Certos municípios menores também se sobressaem pela elevação repentina ou constante da violência. Um exemplo é Iranduba, que apresenta um crescimento expressivo em 2021, registrando 69 homicídios, número que supera o de vários municípios de maior porte naquele mesmo ano.

Também merecem destaque os municípios localizados na confluência do rio Solimões com o rio Negro (Manaus, Iranduba e Careiro da Várzea) e aqueles situados na tríplice fronteira com Colômbia e Peru, como Tabatinga. O município, que até 2016 não dispunha de estatísticas confiáveis, registrou um pico de 57 assassinatos em 2021, um número significativo considerando a sua população. Podendo estar ligado ao comércio ilegal de drogas e à existência de organizações criminosas transnacionais.

Alguns municípios do interior, como Borba, Tefé e Lábrea, mantêm taxas de homicídios relativamente altas ao longo dos anos, indicando que a violência não se restringe somente à metrópole ou à região metropolitana. Também é possível identificar aumentos pontuais em áreas como Nova Olinda do Norte e Boa Vista do Ramos, indicando possíveis alterações locais nas dinâmicas sociais ou econômicas.

Os registros dos assassinatos nos municípios amazonenses de 2014 a 2022 refletem um cenário de violência por disputa de território, que teve como consequências evidentes os massacres no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj: Rodovia BR-174, km 8, em Manaus, Amazonas).

É necessário destacar que, além de Manaus, os municípios de Iranduba, Barcelos, Presidente Figueiredo, Boca do Acre, Fonte Boa e Manacapuru registraram alguns dos maiores índices médios de homicídios no período analisado. Esses resultados evidenciam um processo de interiorização da violência no Amazonas, especialmente em localidades que passaram por expansão urbana, aumento populacional e maior integração logística na última década.

Esta interiorização ocorre em paralelo ao progresso das rotas de tráfico e ao interesse estratégico de organizações criminosas por cidades localizadas em regiões fronteiriças, como Tabatinga, ou próximas a vias fluviais e áreas de difícil acesso.

A capital, Manaus, concentra a maior quantidade de homicídios absolutos. Em 2022, conforme dados do IBGE, abrigava 2.063.689 residentes. Nesse sentido, o pico dos índices de homicídio ocorreu em 2017, durante o primeiro massacre desse período de guerras, quando mais de 50 presos foram assassinados no Compaj, em decorrência dos confrontos entre organizações criminosas. Esse episódio representa a manifestação violenta da disputa pela hegemonia do controle do tráfico de drogas na capital, protagonizada pelas facções Comando Vermelho (CV) e Família do Norte (FDN).

A ruptura dessa aliança histórica marcou uma nova etapa da guerra pelo controle territorial e logístico das rotas do narcotráfico que atravessam o Amazonas, estado de vasta rede hidrográfica e posição estratégica na fronteira com Colômbia e Peru (Mello, et al., 2025)

Este mesmo padrão se repete em 2019, ano do segundo grande massacre no sistema prisional amazonense, quando 55 pessoas privadas de liberdade foram executadas em menos de 48 horas. De acordo com o relatório do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, as mortes se distribuíram entre quatro unidades prisionais: 25 no Instituto Penal Antônio Trindade (IPAT), 6 na Unidade Prisional do Puraquequara (UPP), 5 no Centro de Detenção Provisória Masculino 1 (CDPM 1) e 15 no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (COMPAJ), estas últimas ocorridas no dia anterior. A maioria dos óbitos decorreu de asfixia e lesões perfurocortantes, revelando a completa perda de controle institucional em meio a conflitos entre facções que rapidamente se disseminaram entre as unidades. O total de 55 vítimas foi consolidado no Relatório de Inspeção ao Estado do Amazonas após os Massacres Prisionais de 2019 (MNPCT, 2020).

A intensificação da violência letal em Coari precisa ser compreendida à luz das dinâmicas territoriais identificadas no capítulo dedicado ao Amazonas. Entre 2018 e 2020, Coari registrou taxa média de 62,7 homicídios por 100 mil habitantes, figurando entre os municípios mais violentos da calha do rio Solimões. Segundo Santos, Cunha, Reis, Armstrong e Palmieri (2023), parte desse resultado está associada ao adensamento das disputas pelo tráfico de drogas e à função estratégica do município no corredor fluvial que conecta o Alto Solimões a Manaus. Esses dados evidenciam que a interiorização da violência é estruturada por processos territoriais e logísticos que extrapolam os centros urbanos tradicionais.

Além das disputas entre facções, o relatório destaca que Coari enfrenta forte presença de piratas fluviais, grupos armados que saqueiam embarcações para subtrair drogas, combustíveis, ouro e armamentos. A análise qualitativa conduzida por Santos et al. (2023) revela que a combinação entre vulnerabilidade social, baixa presença estatal, circulação intensa de ilícitos e a inserção do município no trajeto fluvial do tráfico tem ampliado a instabilidade

local e contribuído para o crescimento das mortes violentas. Isto é, constitui um ponto de convergência entre dinâmicas socioeconômicas, geográficas e criminais que explicam a persistência dos altos índices de homicídio no médio Solimões.

Por outro lado, Iranduba passa de uma média anual de aproximadamente 20 homicídios para 69 em 2021 e 59 em 2022. Trata-se de um município próximo à capital, utilizado como rota de fuga e circulação de drogas, além de ser frequentemente local de ocorrências policiais e registros de assassinatos. Outros municípios do interior, como Parintins, Tefé, Maués, Borba e Lábrea, também apresentaram aumentos expressivos nos índices de violência letal. Esses territórios compartilham características geográficas que despertam o interesse de facções: acesso por rios, baixa presença efetiva do Estado e comunidades vulneráveis em áreas de difícil circulação institucional.

Ainda que a discussão aprofundada sobre fatores socioeconômicos seja desenvolvida posteriormente, os procedimentos metodológicos adotados, a análise espacial dos dados e a revisão da literatura já indicam que essas dinâmicas territoriais não ocorrem de forma isolada, mas se relacionam a contextos estruturais que serão examinados nas seções seguintes.

A avaliação desses mapas à luz dos massacres evidencia que a violência letal no Amazonas não pode ser separada das dinâmicas do tráfico de entorpecentes. Os massacres que ocorreram nas penitenciárias não foram incidentes isolados ou simplesmente reflexos de uma crise no sistema prisional. Em vez disso, eles representam uma batalha em andamento por poder e território, que se estende desde as prisões, becos urbanos, rios do interior até as fronteiras internacionais. A reação ou inação do Estado a essas circunstâncias intensifica a estrutura de seletividade penal e a vulnerabilidade das populações prisionais e periféricas. Enquanto isso, as cidades continuam registrando vítimas fatais e assistindo ao crescimento de uma violência que tem no tráfico não só um instrumento, mas uma lógica de organização social paralela e, por vezes, mais presente que o próprio Estado (Candotti, 2025).

## **5. PESQUISAS SOBRE DADOS SOCIOECONÔMICOS AMAZONAS**

### **5.1. DOS DADOS DESCRITIVOS**

De acordo com as informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD) sobre a avaliação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM<sup>4</sup>), no que se refere à renda no Amazonas, no período de 2012 a 2021 (Gráfico 03), nota-se que o estado se destaca por constantes estagnações e declínios durante o período considerado.

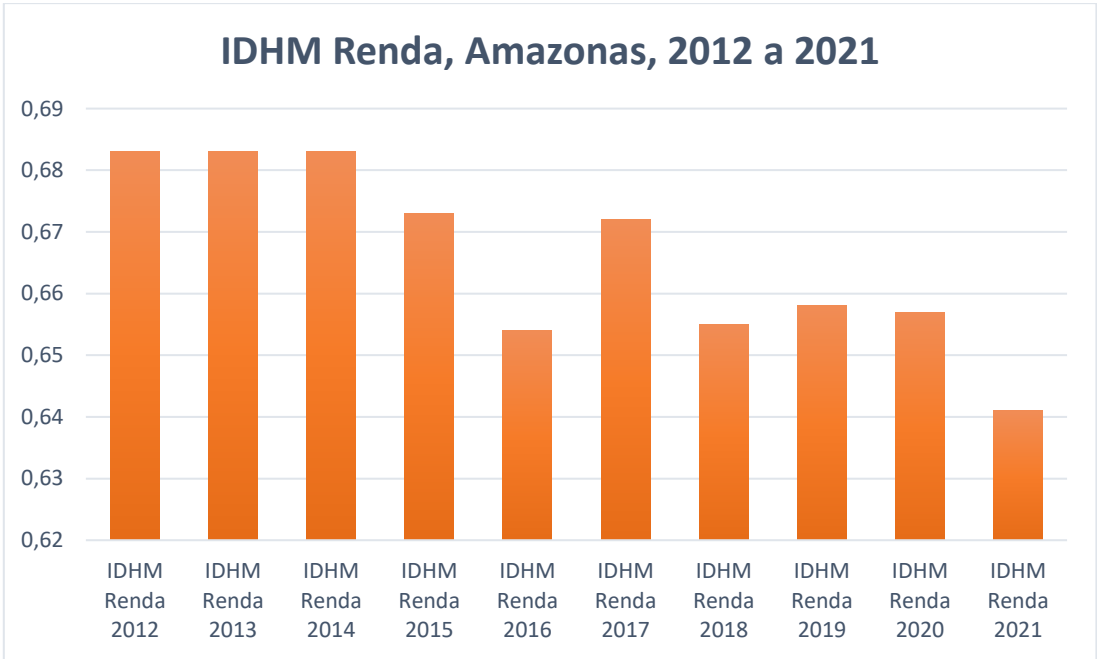
---

<sup>4</sup> O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é calculado no Brasil a partir da metodologia adaptada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em parceria com o IPEA e a Fundação João

O índice observado no Gráfico 03 permaneceu estável até o ano de 2014 e em sequência, caiu para 0,673 em 2015. Em seguida, houve uma nova queda em 2016, para 0,654. Em 2017, o índice se recuperou e variou entre 0,655 e 0,658 até 2020, atingindo o menor nível de IDHM por renda em 2021, com 0,641.

Há que se fazer um paralelo, ainda que não reflita exatamente o recorte temporal analisado, com o fato de que, em 2010, o Amazonas ocupava a 18ª posição no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Renda entre os estados do Brasil, alcançando a 16ª posição em 2017. No entanto, essa evolução foi interrompida mais uma vez em 2021, quando o estado despencou para a 25ª posição no ranking nacional.

**Gráfico 03:** Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) relacionados a renda no Amazonas, anos de 2012 a 2021.



**Fonte:** PNUD; IPEA; FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2022). Dados do IBGE e registros administrativos. Elaboração própria.

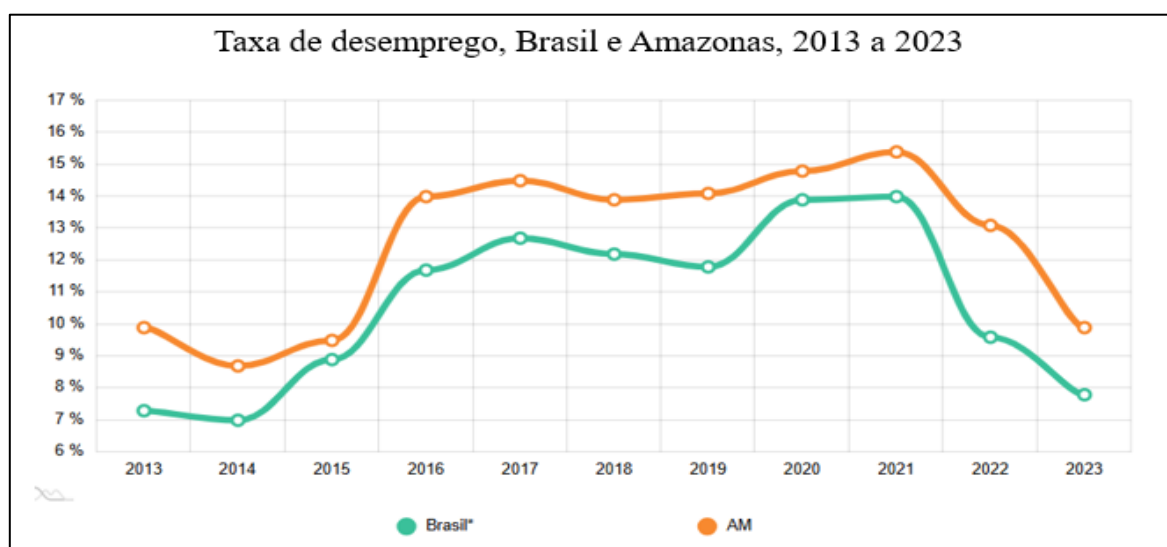
Durante o período de 2013 a 2023, houve uma ascensão do desemprego especialmente entre 2016 e 2021 (Gráfico 04). Em 2013, a taxa alcançou 9,9%, enquanto no ano subsequente,

---

Pinheiro, que ajusta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) global à realidade e às bases de dados nacionais. O índice utiliza três dimensões fundamentais — longevidade, medida pela esperança de vida ao nascer; educação, composta pela combinação da escolaridade da população adulta e do fluxo escolar da população jovem; e renda, aferida pela renda municipal per capita, sintetizadas por meio de média geométrica entre os sub-índices. O IDHM varia entre 0 e 1, sendo classificados como: Muito Baixo (0–0,499), Baixo (0,500–0,599), Médio (0,600–0,699), Alto (0,700–0,799) e Muito Alto (0,800–1), conforme parâmetros adotados pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD/IPEA/FJP).

2014, a taxa diminuiu para 8,5%. No entanto, em 2015, houve um aumento, atingindo 9,5%. Em 2016, a situação se complicou quando a taxa alcançou 14%, e em 2017, alcançou 14,5%. Em 2018, a taxa alcançou 13,9%, ao passo que em 2019 se manteve em 14,1%. O impacto da pandemia de COVID-19 elevou para 14,8% em 2020. Em 2021, continuou a subir, atingindo 15,4%. No entanto, a taxa começou a diminuir em 2022, chegando a 13,1%. Em 2023, atingiu novamente 9,9%, igualando-se a 2013.

**Gráfico 04:** Taxa de desemprego, Amazonas, 2013 a 2023

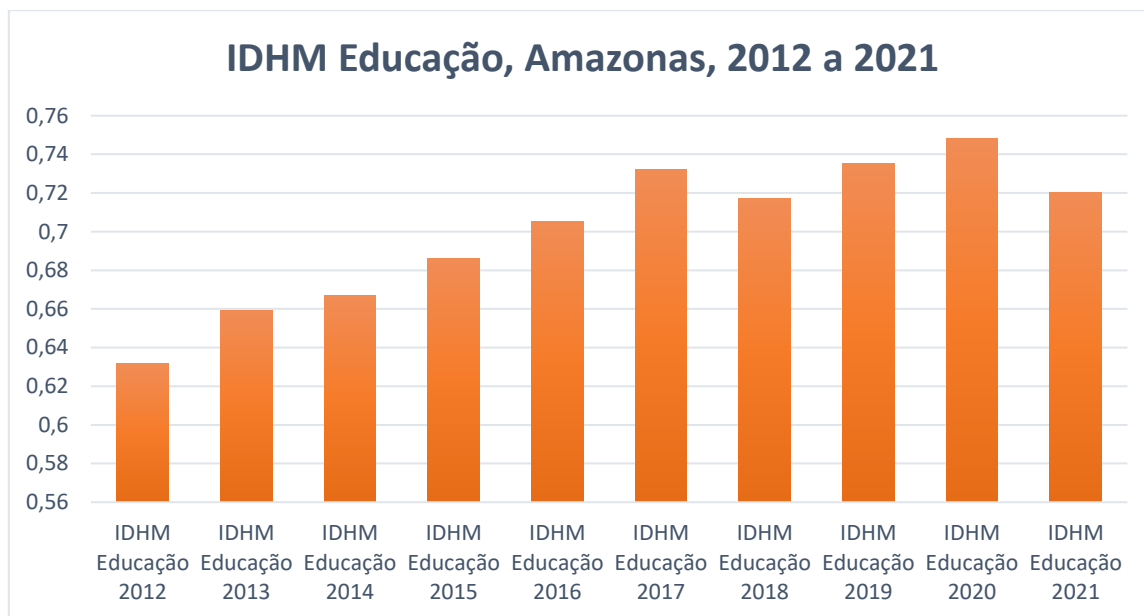


**Fonte:** PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua)

No período entre 2012 e 2021, conforme disposto no Gráfico 03, os indicadores educacionais do Amazonas apresentaram uma variação inicial positiva, com melhora nos primeiros anos da série histórica. Contudo, essa tendência não se sustentou ao longo do tempo, observando-se um período de estabilização seguido de perda relativa de posição no ranking nacional.

Em 2012, o estado registrou índice de 0,632, indicando uma melhora inicial. Nos anos subsequentes, observou-se evolução gradual, com 0,659 em 2013, 0,667 em 2014 e 0,686 em 2015. Apenas em 2016, quando 14 estados já haviam alcançado essa faixa, o Amazonas passou a apresentar um desempenho educacional mais próximo do padrão nacional, revelando o atraso histórico em relação às médias estaduais do país. Em 2017, alcançou seu melhor resultado ao longo da série, atingindo 0,732. Em 2018, ocorreu uma pequena redução, seguida de nova elevação em 2019 e atingindo o pico do IDHM Educação em 2020, com 0,748, voltando a diminuir no ano seguinte para 0,72.

Comparando esses dados aos de outros estados brasileiros, conforme dispõe o IPEA, o Amazonas foi irregular no ranking Educacional do IDHM. Em 2010, ele ocupava o 18º lugar, já em 2017 o estado atingiu sua posição mais alta, alcançando a décima colocação. No entanto, essa progressão de desenvolvimento não foi constante, estagnando nos anos subsequentes e, em 2021, o Amazonas caiu para a décima quinta posição.



**Fonte:** Dados da PNAD. Elaboração própria.

## 5.2. Revisão da literatura sobre os fatores socioeconômicos relacionados ao homicídio no Amazonas (2012 – 2024)

A literatura disponível se concentra no estudo de Orellana et al. (2017), que indica que os homicídios em Manaus, capital do Amazonas, em 2014, foram caracterizados por uma alta taxa de mortalidade e fatores correlacionados, como a baixa escolaridade, com os homens apresentando uma probabilidade 3,4 vezes maior de serem vítimas. A falta de necropsias e um Serviço de Verificação de Óbitos no Amazonas evidenciou deficiências institucionais, destacando a urgência de aprimoramentos na coleta de informações para um mais razoável combate à violência.

A pesquisa de Melo e Montefusco (2019) que tratam dos homicídios intrafamiliares no estado do Amazonas, evidenciam um reflexo da cultura patriarcal ainda presente. O estudo analisou notícias e tentativas de homicídios entre 2010 e 2015, afetando especialmente mulheres, crianças e adolescentes.

Em consonância com a temática da violência de gênero e dos homicídios, Orellana et al. (2019) destacam que, na capital amazonense, aproximadamente 38% das mortes por

agressão foram classificadas como feminicídios, enquanto a maioria dos casos está vinculada ao envolvimento das vítimas com organizações criminosas.

Melo e Montefusco (2019) examinaram os homicídios cometidos dentro de famílias no Amazonas entre 2010 e 2015, evidenciando as contradições nas relações familiares e a vulnerabilidade de crianças e mulheres em contextos de violência. Os pesquisadores destacam a importância de novas táticas de prevenção, insinuando que a violência dentro da família é resultado de forças sociais que convertem os protetores em agressores.

Os estudos relacionados a essa área temática, como o de Reis et al. (2024) apresenta a contribuição que a análise descritiva observou disparidades nas taxas de homicídios por regiões no Amazonas em decorrência da densidade demográfica, além de uma desigualdade estruturada entre a capital, os municípios metropolitanos e os do interior. Além disso e, o resultado fundamental da pesquisa para esse estudo, foi a identificação das correlações entre a taxa de homicídios e variáveis do PIB per capita, sendo a pobreza observada como um fator de influência na dinâmica da criminalidade.

Os moradores do município do Careiro da Várzea, da região metropolitana de Manaus, por exemplo, ao ser estudado por Raulino (2023) por suas atividades econômicas, adaptam-se às condições sazonais da várzea, concentrando-se na agricultura familiar, tanto para subsistência quanto para comercialização. Em municípios como ocorre na economia do Careiro da Várzea, os índices de criminalidade apresentam-se de forma diferente dos da capital, pois há de se dispor que existem municípios que estão inseridos nas grandes rotas de tráfico e cujas condições socioeconômicas são apenas agravantes, mas não influenciam fortemente na taxa de homicídios, visto que essa se dá pela influência geográfica do crime.

A avaliação realizada por Coutinho et al., (2020) acerca do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) na Amazônia indica diferenças notáveis entre os estados. Os estados como Acre, Roraima e algumas partes do Pará são mais vulneráveis por causa de baixos níveis de educação e elevados índices de pobreza. Em contraste, o Amazonas, especialmente em Manaus, tem uma vulnerabilidade mais moderada, com melhores indicadores socioeconômicos. No entanto, a urbanização crescente não acompanha o desenvolvimento educacional e de infraestrutura, agravando as desigualdades nas áreas rurais e mais isoladas.

## **DISCUSSÕES**

Os altos índices de homicídios observados, especialmente na espacialização dos dados e nos Gráficos 01 e 02, em paralelo aos Gráficos 03 e 04, que tratam do IDHM Renda e da taxa de desemprego, indicam uma correlação entre essas variáveis e, ao mesmo tempo, apontam

para a ascensão da guerra pelo controle de drogas no estado do Amazonas. Isso se torna evidente ao analisar o Gráfico 03, no qual se observa uma queda na renda no mesmo período em que têm início os conflitos entre organizações criminosas. Os picos de homicídios coincidem com os momentos de maior intensidade desses confrontos. O mesmo é identificado na taxa de desemprego, já que o Amazonas acompanha a tendência nacional de variação, embora de forma mais acentuada.

Dentre os estudos analisados, que tratam objetivamente dos homicídios no Amazonas ou, das variáveis socioeconômicas, pode-se destacar o de Henriques, Carvalho e Lobato (2024) que correlacionaram esses dados no período de 2020 a 2023, durante e pós pandemia, expondo que o aumento nos desligamentos (demissões), está ligado ao aumento de furtos e homicídios. Segundo Bourdieu (1989), essa normalização ocorre através de mecanismos simbólicos de dominação que operam sem se apresentarem como imposições de autoridade, resultando em um cenário onde os dominados não têm total consciência da opressão a que estão submetidos.

O conceito de *habitus*, proposto por Bourdieu, também ajuda a entender como pessoas socializadas em contextos de pobreza e violência naturalizam limitações estruturais, perpetuando atitudes como o envolvimento com o tráfico, desistência escolar e aceitação da precariedade, resultantes de disposições impostas desde a infância, conforme aponta Souza (2014). Não está nas referências no final ou data errada

A pesquisa qualitativa de Saraiva e Lima (2018), que traça o perfil socioeconômico das mulheres detentas no COMPAJ, revela que estas são predominantemente de baixa renda, com escolaridade incompleta, residentes em áreas com altos índices de criminalidade e marcada ausência estatal.

A cidade de Manaus está entre as capitais com os maiores índices de homicídios, refletindo, em parte, as tensões urbanas e o aumento da população nas regiões periféricas, além das constantes disputas pelo tráfico entre as organizações criminosas, conforme dispõe Siqueira (2019).

A avaliação de Ordoñez-Eraso et al. (2020) acerca dos homicídios na Colômbia destaca a complexidade das origens da violência letal, decorrentes do entrelaçamento de elementos estruturais, sociais e econômicos. Esta perspectiva multifatorial é também evidente nas discussões acerca do estado do Amazonas, onde pesquisas como as de Saraiva e Lima (2018) e Siqueira (2019) enfatizam que a violência não deve ser vista de maneira isolada, mas inserida em um contexto social mais vasto, caracterizado por desigualdade, exclusão e precariedade.

Além disso, nota-se que a renda per capita reduzida e as variações no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) por renda destacam a importância da

vulnerabilidade econômica como um elemento subjacente. Regiões de maior pobreza lidam com vulnerabilidades sociais que fomentam a violência, tais como a privação de serviços essenciais, maior exposição ao tráfico de entorpecentes e oportunidades reduzidas de progresso social.

Em áreas urbanas como Manaus, a disparidade estrutural intensifica o efeito da pobreza e do desemprego na criminalidade. A crescente urbanização, sem o correspondente desenvolvimento de infraestrutura e educação, cria “bolsões de pobreza” que favorecem o surgimento de novos conflitos violentos. Por outro lado, em áreas rurais ou de difícil acesso, embora a dinâmica seja diferente, o impacto da pobreza e do desemprego ainda contribui.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para compreender as correlações propostas neste trabalho, seriam necessários novos estudos que tratem tanto dos homicídios quanto das consequências de baixos índices socioeconômicos, no entanto, conforme observado nesse recorte de literatura analisada, tais estudos ainda são insuficientes, especialmente em cidades do interior do Amazonas, que possuem dinâmicas próprias de redes de criminalidade em seu território.

O estado do Amazonas apresenta, historicamente, baixos índices de IDHM renda, taxas elevadas de desemprego e um sistema educacional marcado pela precariedade, ainda que existam indícios de melhora nos últimos indicadores educacionais.

A combinação entre a relevância estratégica do estado para as rotas do tráfico e os indicadores socioeconômicos adversos contribuiu para a intensificação dos conflitos armados, em linha com o que apontam Santos e Cunha (2023), ao evidenciarem a centralidade das rotas fluviais e da disputa entre facções na dinâmica recente da violência letal no Amazonas.

Nesse sentido, observou-se um aumento nos índices de homicídio, especialmente a partir de 2015, quando os conflitos entre as facções do narcotráfico para assumir rotas se intensificaram.

O estudo aponta para uma relação direta entre os dados referentes ao desemprego e ao baixo nível educacional e as taxas de homicídios. O estado encontra dificuldades para possibilitar a mobilidade social, ainda mais restrita em cidades do interior, o que também amplia a vulnerabilidade.

A intensificação dos índices de homicídios nesse recorte temporal não pode ser atribuída unicamente à disputa entre as facções do narcotráfico, mas sim à interseção entre a expansão dessas organizações criminosas e a vulnerabilidade social, especialmente no que se refere à baixa renda e aos elevados índices de desemprego.

O estudo aponta que a compreensão da segurança pública no Amazonas não pode ser encarada apenas como o combate às organizações criminosas, nem com a ideia, comprovadamente ineficaz, de que a culpabilização dos altos índices de homicídios nesse período foi unicamente dessas facções, pois observou-se uma correlação entre dados que tratam da própria questão socioeconômica, devendo então passar-se a pensar que a diminuição desses índices de homicídios tende a ocorrer também a partir da promoção de políticas públicas inclusivas, que propiciem uma educação de melhor qualidade e a inserção da população no mercado de trabalho.

Há, igualmente, a necessidade de ampliação de estudos quantitativos e qualitativos para o preenchimento de lacunas ainda existentes, sobretudo no que diz respeito à espacialização e à melhor disponibilização de dados públicos.

## Referências

ARAÚJO, L. C. et al. Análise dos homicídios em Manaus, Amazonas, em 2023: desafios e perspectivas para a segurança pública. Manaus, 2025. Disponível no arquivo enviado.

BAYER, H. A.; DANTAS, E. M. Notas teóricas para o estudo do medo pela Geografia. *Revista Confins*, v. 36, n. 36, 2018.

BECKER, G. S. Crime and Punishment: An Economic Approach. *Journal of Political Economy*, Chicago, v. 76, n. 2, p. 169–217, 1968.

BEZERRA, L. J. N.; MELO, S. R. S.; MELO, F. V. S. A evolução da violência homicida no Nordeste Brasileiro e no estado de Pernambuco: fatores socioeconômicos que mais se relacionam com as altas taxas de homicídios. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, n. 2012-07, 2012.

BEZERRA NETO, Francisco Camurça; SILVA, Adaumir Diego Souza da; ALMEIDA, Marcus Vinícius Oliveira de; MELLO, Cesar Mauricio de Abreu; SENA, Raylene Rodrigues de. A expansão do PCC no interior do Amazonas: análise da atuação da facção em Coari e seus reflexos nas taxas de homicídios no período de 2017 a 2024. *Revista Acadêmica Online*, Brazil, v. 11, n. 59, p. 01-16, 2025. DOI: 10.36238/2359-5787.2025.V11N59.1678. Submitted on: 22 set. 2025; Accepted on: 25 set. 2025; Published on: 7 out. 2025.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do SUS – DATASUS. TABNET – Informações de Saúde (TABNET). Brasília: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br>. Acesso em: 15 nov. 2025.

CAMUS, Albert. O estrangeiro. Trad. Valerie Rumjanek. Rio de Janeiro: Record, s/d.

CANDOTTI, F. M. “Quando a Massa Erra, o Estado Avança”: notas sobre transformações carcerárias e criminais em Manaus (Amazonas). *Revista TOMO*, n. 40, p. 198, 2022.

CARRIÓN, F. Violencia urbana: un asunto de ciudad. *Revista EURE*, v. 34, n. 103, p. 11-130, 2008.

CASTEL, R. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

COUTINHO, E. C. et al. Riscos socioeconômicos e ambientais em municípios banhados pelos afluentes do Rio Amazonas. *Revista Ambiente & Água*, v. 12, n. 5, p. 814-828, 2017.

CRUZ NETO, O.; MOREIRA, M. R. A concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 4, n. 1, 1999.

FERREIRA, J.; PENNA, N. A. Território da violência: um olhar geográfico sobre a violência urbana. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 18, p. 155–168, 2005.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Atlas da Violência 2019. Brasília: FBSP/IPEA, 2019. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br>. Acesso em: 15 nov. 2025.

GIRARDI, E. P. Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

GLASSNER, B. The Culture of Fear: Why Americans Are Afraid of the Wrong Things. Nova York: Basic Books, 2003.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004b.

HAESBAERT, R. Territórios alternativos. São Paulo: Contexto, 2004a.

HAESBAERT, R. Viver no limite: território e sociedade em tempos de insegurança. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

HARVEY, D. A justiça social e a cidade. São Paulo: Hucitec, 1973.

HENRIQUES, F. R. M.; CARVALHO, B. N.; LOBATO, T. C. Impacto do desemprego na criminalidade: uma análise em Manaus (2020-2023). *Observatório de la Economía Latinoamericana*, v. 22, n. 6, p. e5067–e5067, 2024.

LIRA, P. S. Geografia do crime e arquitetura do medo. Vitória: EDUFES, 2017.

MACROPLAN Consultoria. Amazônia Legal em Dados. Rede Uma Concertação pela Amazônia. Disponível em:  
[https://amazonialegalemdados.info/dashboard/perfil.php?regiao=Amazonas&area=Seguran%C3%A7a\\_155&indicador=TX\\_DATASUS\\_HOMICIDIO\\_UF\\_155](https://amazonialegalemdados.info/dashboard/perfil.php?regiao=Amazonas&area=Seguran%C3%A7a_155&indicador=TX_DATASUS_HOMICIDIO_UF_155). Acesso em: 9 dez. 2024.

MALTA, D. C. et al. Mortalidade e anos de vida perdidos por violências interpessoais e autoprovocadas no Brasil e Estados: análise das estimativas do Estudo Carga Global de Doença, 1990 e 2015. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 20, p. 142-156, 2017.

MELLO, C. M. A. et al. Estratégias para o enfrentamento da criminalidade e violência no Estado do Amazonas. *Caderno Pedagógico*, v. 22, n. 5, p. e14554, 2025.

MELO, L. F.; MONTEFUSCO, C. Os riscos e a prevenção para homicídios intrafamiliares no Amazonas/Brasil. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 189, 2019.

MINAYO, M. C. S. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde. In: NJAINE, K.; CONSTANTINO, P.; ASSIS, S. G. (Org.). Impactos da violência na saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. p. 21-42.

MINAYO, M. C. S. Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NSOESIE, E. O. et al. Mapping disparities in homicide trends across Brazil: 2000–2014. *Injury Epidemiology*, v. 7, p. 47, 2020.

OLIVEIRA, R. et al. Fatores fiscais e socioeconômicos que afetam a criminalidade no Brasil. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 29, p. e89194–e89194, 2024.

ORDOÑEZ-ERASO, H. A.; PARDO-CALVACHE, C. J.; COBOS-LOZADA, C. A. Detección de tendencias de homicidios en Colombia usando Machine Learning. *Revista Facultad de Ingeniería*, v. 29, n. 54, 2020.

ORELLANA, J. D. Y. et al. Fatores associados ao homicídio em Manaus, Amazonas, 2014. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, v. 26, n. 4, p. 735–746, 2017.

ORELLANA, J. D. Y. et al. Violência urbana e fatores de risco relacionados ao feminicídio em contexto amazônico brasileiro. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 8, 2019. (AQUI FALTA PÁGINAS).

PLASSA, W.; PARRÉ, J. L. A violência no estado do Paraná: uma análise espacial das taxas de homicídios e de fatores socioeconômicos. *Economia e Desenvolvimento*, Santa Maria, v. 31, n. 1, p. 15–15, 2019.

RAULINO, I. F. O espaço em metropolização: as urbanidades no rural na comunidade São Francisco no Município Careiro da Várzea-AM. *Revista GEONORTE*, Manaus, v. 14, n. 44, p. 01-22, 2023.

REIS, A. R. N.; CARVALHO, B. N.; LOBATO, T. C. Determinantes socioeconômicos da criminalidade: uma análise para o Amazonas no ano de 2010. *Revista Capital Científico-Eletrônica*, v. 22, n. 2, p. 76-97, 2024.

SAQUET, M. A. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (Org.). *Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SANTOS, M. P. G. dos; CUNHA, V. H. da; et al. Dinâmicas da violência no território brasileiro: Amazonas. In: SANTOS, M. P. G. (Org.). *Dinâmicas da violência e da criminalidade na Região Norte do Brasil*. Brasília: IPEA, 2024. p.

SANTOS, M. P.; CUNHA, V. H. da. Dinâmicas da violência no território brasileiro: Amazonas. In: IPEA (Org.). *Dinâmicas da violência e da criminalidade na região Norte do Brasil*. Brasília: Ipea, 2023.

SANTOS, R. A. Violências do Estado na produção de territórios, informalidade e redes de proteção. *Caderno Metrópole*, v. 26, n. 59, 2024.

SARAIWA, E. H.; LIMA, N. A. Mulheres no crime: uma análise socioeconômica das detentas do complexo penitenciário Anísio Jobim e do centro de detenção provisória feminino no estado do Amazonas. *Revista Gênero*, v. 19, n. 1, p. 45-67, 2018.

SIQUEIRA, Í. B. L.; PAIVA, L. F. S. “No Norte, tem Comando”: as maneiras de fazer o crime, a guerra e o domínio das prisões do Amazonas. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 7, n. 17, p. 125-154, 2019.

SOUZA, M. L. de. A prisão e a agora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, M. L. de. Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, R. B. de. Formas de pensar a sociedade: o conceito de habitus, campos e violência simbólica em Bourdieu. *Ars Historica*, n. 7, p. 139-151, 2014.

TUAN, Y-F. Paisagens do medo. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

VELOSO, A. O. N. et al. The socio-spatial context of intentional homicide victims in a capital of Brazilian Northeast. *Cadernos de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 180-188, 2020.

ZANOTELLI, C. Criminalidade violenta e fragmentação urbana na Grande Vitória. *Revista Geografares*, n. 5, p. 35-69, 2006.

### **Contribuição de autoria:**

*Brychtn Ribeiro de Vasconcelos* – foi o responsável principal pela conceitualização do estudo (Conceptualization – Lead), liderando o desenvolvimento das ideias principais e da estrutura conceitual do artigo. Também liderou a pesquisa bibliográfica (Resources – Lead), a organização e análise dos dados (Formal Analysis – Lead), bem como a redação e revisão do texto (Writing – Original Draft & Review – Lead).

*Gabryel Gustavo de Carvalho Machado* – contribuiu de forma igual para a pesquisa bibliográfica (Resources – Equal) e prestou suporte na coleta de dados (Investigation – Supporting), além de participar da elaboração das conclusões e da revisão final do manuscrito (Writing – Review & Editing – Supporting).

### **Declaração de conflito de interesse**

O autor declara que não há conflito de interesse.

### **Declaração de disponibilidade de dados da pesquisa**

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

### **Declaração de uso de Inteligência Artificial:**

Não houve utilização de ferramentas de Inteligência Artificial.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.